

EDITORIAL:

SUCESSÃO NO ANDES-SN

Nos próximos dias 22 e 23 de maio, os professores filiados ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) vão escolher a nova Diretoria para o biênio 2002 –2004.

Duas chapas disputam o processo sucessório: **Chapa 1 (ANDES AD – Autônoma e Democrática)**, presidida pelo Prof. Luiz Carlos Gonçalves Lucas (ADUFPel S. Sind.), e a **Chapa 2 (Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta)**, encabeçada pela Profa. Maria Aparecida Ramos de Meneses (ADUFPB-JP).

O “Jornal da ADUNICAMP” traz nesta edição as propostas de gestão



das duas chapas. Foi realizada uma entrevista com os candidatos à presidência do ANDES-SN, para que eles pudessem pontuar, de maneira clara e concisa, o que cada um pretende realizar, caso seja eleito.

As questões abordam temas como: autonomia universitária; defesa das instituições públicas de ensino supe-

rior; relação entre universidade e sociedade; papel da universidade pública nas pesquisas para empresas privadas; e questões trabalhistas como carreira docente, estabilidade empregatícia e política previdenciária.

Foram formuladas oito questões. Cada representante de chapa teve o limite máximo de quinze linhas para respondê-las.

Desse modo, a ADUNICAMP espera cumprir o seu papel junto à comunidade acadêmica, trazendo para o campus elementos para a discussão sobre a sucessão no ANDES-SN.

MENSAGEM DA CHAPA 1

A **Chapa 1 (ANDES AD – Autônoma e Democrática)** compromete-se, em seu programa, com a defesa dos princípios básicos da autonomia e da democracia universitária, e com a luta pela implementação de um projeto de Universidade Pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada e direcionada para os interesses das classes que vivem do trabalho. Tem como premissa a defesa da auto-aplicabilidade do preceito constitucional da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; do financiamento estatal das instituições públicas; da gratuidade nos estabelecimentos oficiais; do Regime Jurídico Único com forma de contratação de docentes e funcionários nas instituições públicas de ensino superior; dos planos de carreira do setor federal e de diversas Instituições Estaduais e Privadas filiadas ao

ANDES-SN; da ampliação das condições para o exercício da democracia no interior das Universidades; dos estímulos à capacitação docente.

De acordo com o programa da **Chapa “ANDES AD – Autônoma e Democrática”**, as diretrizes dos organismos internacionais vêm provocando a redução drástica dos, já, irrisórios recursos destinados a investimentos sociais e a restrição dos direitos dos trabalhadores. O desmonte das instituições públicas é parte integrante das políticas em curso no país, compatíveis com tais diretrizes. Por essa razão, a **Chapa 1** pretende dar continuidade ao processo de enfrentamento à política neoliberal implementada pelo governo FHC.

No que concerne à área de Ciência e Tecnologia, a **Chapa 1** defende uma política voltada para um desenvolvimento nacional e autó-

nomo, e para o atendimento às necessidades da maioria da população. Conhecimentos existentes em instituições públicas de ensino superior e pesquisa podem ser ampliados e aperfeiçoados para se converter numa política de C&T voltada para o atendimento de tais necessidades e não direcionada para a adequação de pacotes tecnológicos demandados por grandes corporações.

No plano da política universitária, a **Chapa 1** defende, entre outras coisas, a excelência acadêmica, apoiada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a universalidade do direito ao ensino; e a extensão voltada para os interesses das maiorias. Tais propostas constituem a razão de ser da universidade e para a sua implementação é necessário o combate, juntamente com os demais trabalhadores, às políticas do governo federal e dos organismos internacionais.

MENSAGEM DA CHAPA 2

“A Universidade Pública está morrendo no Brasil, enquanto os negócios do mercado do ensino superior vão de vento em popa”, afirma a **Chapa 2 (Uma Nova ANDES é Possível: Plural e de Luta)** em sua carta manifesto. E o principal responsável por essa situação é o ministro Paulo Renato, em cuja gestão promoveu a “liberalização total e absoluta do ensino privado”. Escolas superiores privadas, de qualidade duvidosa, se multiplicaram de forma assustadora pelo país. Nos últimos anos, projetou-se no cenário brasileiro uma figura ainda não conhecida em países civilizados – a do “dono” da Universidade. Por outro lado, ao limitar investimentos nas universidades públicas, o Estado Brasileiro conduziu o imenso patrimônio nacional, representado pelas Universidades Federais, a uma situação de “saturação estrutural”. Um esforço recente de promover a expansão de cursos de graduação e pós-graduação nessas instituições não foi acom-

panhado do aumento necessário de verbas, mas, apenas pela “racionalização” dos recursos já existentes. A deterioração das condições de trabalho foi inevitável. Mesmo assim, o governo não conseguiu destruir a Universidade Pública Brasileira e a população começa a reconhecer que essa instituição ainda é capaz de oferecer ensino e pesquisa de qualidade.

A **Chapa 2** defende a reforma do ensino superior no Brasil de modo a fazer com que a Universidade cumpra o seu papel na construção de um projeto nacional. É em países como o Brasil que a instituição universitária possui importância estratégica fundamental no sentido de “adensar uma estrutura de formação de quadros intelectuais capacitados para o enfrentamento, em plano mundial, da competição tecnológica, e também, para contribuir para o desenvolvimento social e cultural do país”.

A **Chapa 2** compromete-se com a construção

de um projeto nacional brasileiro. Um projeto democrático que se diferencia radicalmente das “reminiscências autocráticas do passado”. Um projeto que rompa com o velho modelo de Estado brasileiro essencialmente patrimonialista, embora modernizante. Trata-se de um outro Estado que promova a “reforma do ensino e da universidade; do poder judiciário; da representação política; que realize a reforma agrária; estabeleça uma política internacional de soberania do Brasil com o mundo; democratize os meios de comunicação; fomenta a atividade produtiva em detrimento da mentalidade financista, etc. etc. etc.”

A luta pela realização desse projeto implica um processo mais amplo de conquista de hegemonia. Para tanto, é necessária a construção de um sindicato altamente politizado e pluralista. “Não há como se formar um espaço público na Universidade (e também na sociedade civil) abdicando do pluralismo”.

ÍNDICE:

2 CHAPA 1
ANDES AD -
AUTÔNOMA E
DEMOCRÁTICA

2 LUIZ
CARLOS
GONÇALVES LUCAS

3 CHAPA 2
UMA NOVA ANDES
É POSSÍVEL:
PLURAL E DE LUTA

3 MARIA
APARECIDA
RAMOS DE
MENESES

4 BIOGRAFIA
DOS
CANDIDATOS

4 PROGRAMAS
DE
GESTÃO

CHAPA 1 ANDES AD - AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Presidente:

Luiz Carlos Gonçalves Lucas – ADUFPEL S. Sind.

1º Vice-Presidente:

José Domingues de Godoi Filho – ADUFMAT S. Sind.

2º Vice-Presidente:

Oswaldo Coggiola - ADUSP

3º Vice-Presidente:

Maria Lia Silva e Reis – ADUCSAL S. Sind.

Secretário Geral:

Celi Zulke Taffarel – APUB S. Sind.

1ª Secretária:

Ana Lúcia Barbosa Faria – SINDCEFET - MG

2º Secretário:

Marlon Freire de Melo – ADUFPE S. Sind.

3ª Secretária:

Maria Cristina Miranda da Silva – ADUFRJ S. Sind.

1º Tesoureiro:

José Vítório Zago - ADUNICAMP

2º Tesoureiro:

Antônio Luiz de Andrade – ADUNESP S. Sind.

3º Tesoureiro:

Almir Serra Martins Menezes Filho – ADURN S. Sind.

Regional São Paulo

1ª Vice-Presidente Regional SP:

Marília Leite Washington – ADUFSCAR S. Sind.

2º Vice-Presidente Regional SP:

Elisaldo L. A. Carlini – ADUNIFESP S. Sind.

1º Secretário Regional SP:

Marco Antonio Sperl de Faria - ADUNIMEP S. Sind.

2ª Secretária Regional SP:

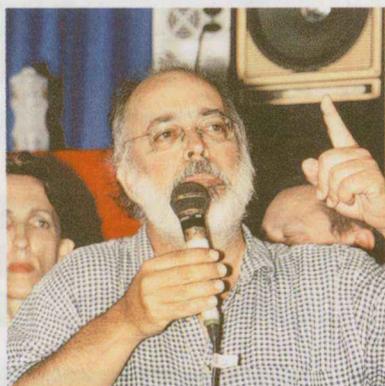
Ana Maria Ramos Estevão - ADUNESP S. Sind.

1º Tesoureiro Regional SP:

Adolpho Hengeltraub - ADUNICAMP

2º Tesoureiro Regional SP:

Rubens Barbosa de Camargo – ADUSP S. Sind.



ENTREVISTA: LUIZ CARLOS GONÇALVES LUCAS

Imprensa ADUNICAMP: Quais os grandes desafios que a universidade pública enfrenta atualmente?

Prof. Luiz Carlos Gonçalves Lucas: O maior desafio enfrentado pelas Universidades Públicas atualmente é representado pelo crescimento do setor privado no ensino superior em paralelo ao crescimento de uma perspectiva de mercado no interior da Universidade Pública. Defendemos um processo de ampliação da Universidade Pública, num horizonte de garantia universal do acesso ao ensino superior, o que está longe de ser uma utopia irrealizável se pensarmos na universalização do direito de acesso presente em muitos países, inclusive da América Latina. Isto depende da efetivação de projetos políticos alternativos ao que aí está - no plano nacional e na maioria dos estados - e nós acumulamos, ao longo de anos, nossa contribuição para esse debate, através da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno 2).

Quanto ao desafio interno, o enfrentamento se coloca cotidianamente nas dificuldades colocadas para o exercício pleno da docência (ensino, pesquisa e extensão) nas Universidades Públicas - através do arrocho salarial, da falta de investimentos, da não abertura de concursos públicos - o que redundará em perda da qualidade do trabalho, que na Universidade Pública está associada justamente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em paralelo, seguem os apelos privatizantes para a complementação salarial em cursos pagos e consultorias, que absorvem o tempo que deveria ser dedicado às atividades-fim; e avançam também as políticas públicas que estimulam a fragmentação da pesquisa universitária e sua subsunção a um projeto internacional que nos limita a compradores de produção intelectual produzida alhures ou complementadores de pacotes tecnológicos orientados pelos interesses das grandes corporações transnacionais, no modelo da proposta de projeto de lei de "inovação tecnológica".

IA: Quais as perspectivas de relacionamento entre o ANDES-SN e o Governo Federal para os próximos anos, principalmente em relação às questões educacionais e salariais?

LCGL: Defendemos firmemente a autonomia deste Sindicato em relação a qualquer governo que venha a se instalar, precisamente por acreditarmos que o papel do sindicato é defender os interesses da categoria - o que inclui a questão salarial - e também formular propostas alternativas para as questões mais amplas em que a categoria está imersa - o que inclui a questão educacional. Para cumprir este papel o Sindicato deve manter permanentemente acesa a chama da mobilização, pois a negociação de demandas, pautas e projetos não se faz só por boa ou má vontade dos governantes, mas como decorrência de uma dada correlação de forças que se estabelece na sociedade, entre projetos distintos.

Em consequência do grau de estrago causado pelos últimos oito anos de políticas neoliberais, as perdas no campo salarial e os danos à educação superior no país estão a exigir grandes esforços para sua reversão. A postura autônoma e a capacidade de mobilização são, portanto, mais necessárias que nunca.

IA: Na sua opinião, qual relação deve existir entre o Sindicato Nacional e os movimentos sociais e, também, entre os partidos políticos?

LCGL: Em relação aos movimentos sociais, o caminho é manter sempre ativo o elo entre o Sindicato Nacional e as organizações mais importantes do movimento social do país, participando da CUT, e reativando seu Departamento

Nacional de Trabalhadores em Educação, pois os problemas que enfrentamos não são específicos dos docentes, mas ligar-se a políticas mais gerais de desmonte dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores. Por outro lado, é preciso atuar conjuntamente com os movimentos dos sem-terra, dos povos das florestas, dos trabalhadores do mar, dos sem-teto, ou seja, manter viva, a partir da atuação do Sindicato, uma perspectiva de produção de conhecimento (e lutas) comprometido com os interesses da maioria.

Já quanto aos partidos políticos, os sindicatos devem ser completamente autônomos, pois representam trabalhadores de diferentes opções partidárias e devem encaminhar com a mesma força representativa as propostas e demandas das categorias, independentemente da coloração partidária dos governos. No ANDES-SN esta perspectiva tradicionalmente orientou a atuação sindical, embora até hoje existam propostas, como a que se faz representar através da Chapa 2 nas eleições em curso, que pretendem subordinar o Sindicato Nacional ao projeto político de um determinado partido ou partidos, acreditando que o papel do sindicato deve ser o de plataforma de apoio, aparelho ou correia de transmissão da orientação político-partidária, lógica à qual nos opomos com veemência.

IA: Qual o papel social das universidades públicas?

LCGL: De acordo com a proposta do ANDES-SN para a Universidade e em conformidade com a prática que a maioria de nós docentes procuramos implantar em nosso trabalho, a Universidade Pública deveria ter papel de destaque na produção de um conhecimento científico e tecnológico que garantisse autonomia e soberania ao país nesta área. E estar também voltada à produção de soluções adequadas aos graves problemas enfrentados pela maioria trabalhadora da população do país, evidenciados na fome, nas epidemias, nas deficiências de saneamento básico, nas carências de conhecimentos elementares para o exercício pleno da cidadania, etc.

Deveria ainda, ser um espaço aberto para que todos os que estivessem dispostos e fossem habilitados pudessem frequentar um curso superior. Apesar de todos os limites impostos pelas políticas governamentais para o ensino superior no país, temos produzido muito com esse sentido, ao longo das últimas décadas, mas isto está cada vez mais difícil. É preciso, portanto, derrotar estas políticas para efetivar todo o potencial social das Universidades Públicas.

IA: Faça uma pequena reflexão sobre a questão da autonomia universitária?

LCGL: Conquista histórica, a autonomia é a garantia tanto da vitalidade e pluralidade do debate de idéias e da produção de conhecimento, quanto da administração democrática das instituições, condições indispensáveis para um projeto pleno de Universidade.

No Brasil, inscrevemos o princípio da autonomia na Constituição de 1988 e, desde então, assistimos a inúmeras restrições à sua aplicação efetiva, como nas regulamentações de escolhas de dirigentes, que subordinam a vontade da comunidade aos governantes de plantão; nas diretrizes para cursos superiores que rebaixam o sentido de qualidade da graduação que defendemos; nas políticas de ciência e tecnologia que tomam pesquisadores e grupos como entidades individuais, contornando as Universidades em que se inserem; e, principalmente, através das diversas tentativas no plano federal, algumas efetivadas estadualmente, de "regulamentar" - sempre com sentido de cercear - a autonomia universitária.

Por isso mantemo-nos defendendo o princí-

pio da auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição e enfatizamos a luta pela revogação de todas as normas legais que restringem este princípio constitucional.

IA: Fale sobre o papel da universidade pública frente às grandes questões Nacionais (desemprego, reforma agrária, política ambiental, C&T, etc).

LCGL: A pergunta é demasiado ampla, mas de forma sintética podemos dizer que a Universidade Pública ainda responde por cerca de 90% da produção científica e tecnológica no país, pesquisando e preparando profissionais capacitados a interferir no conjunto destas questões. Porém, todo o sentido das políticas governamentais nos últimos anos tem sido para que formemos mais rapidamente profissionais direcionados para atuar sem interagir efetivamente com as questões envolvidas em seu trabalho e para que produzamos pesquisas apenas naquelas áreas em que o "mercado" demanda - leia-se os interesses das grandes corporações internacionais. Daí a necessidade de superarmos estas políticas.

Por fim, as Universidades Públicas ainda são um pólo capaz de produzir projetos alternativos para a resolução dos graves problemas que assolam o país e o Sindicato aposta neste potencial de intervenção social crítica e criativa.

IA: Como tratar a questão das Universidades Estaduais no atual momento?

LCGL: O ANDES-SN organiza um setor de Seções Sindicais de Instituições Estaduais de Ensino Superior e nele vem discutindo as especificidades das estaduais na atual conjuntura. Devemos ter em conta que há grande diversidade no interior disto que chamamos de instituições estaduais, que vão da maior Universidade Pública do país até instituições que não possuem sequer sede física própria e funcionam fragmentadas em cursos pelo interior dos estados, ancoradas em prédios de escolas públicas e em professores contratados precariamente. É também o setor em que mais rapidamente tem avançado as políticas de reforma do ensino superior orientadas pelos organismos financeiros internacionais, constituindo-se alguns estados em verdadeiros laboratórios das diretrizes do Banco Mundial.

Por isso defendemos que o Sindicato Nacional mantenha uma intervenção no setor que, respeitando as especificidades, se pautar pela defesa da autonomia universitária, da carreira única, do financiamento público, dos concursos públicos e da garantia do padrão unitário de qualidade, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

IA: Como enfrentar o monopólio que as Instituições Privadas vêm construindo com a cumplicidade do Ministro da Educação?

LCGL: De um lado, expandindo as instituições e as vagas no ensino superior público, mas garantindo a qualidade da produção de conhecimento e da formação nas instituições públicas. De outro, reorientando as políticas de financiamento e de pessoal destas instituições, de forma a reforçar o seu caráter público. Um princípio básico é o de que verbas públicas devem destinar-se exclusivamente para as Universidades Públicas.

Ao mesmo tempo, é preciso avaliar efetivamente as instituições privadas, fechando a imensidão de cursos sem qualquer compromisso mínimo com a qualidade que abundam nestes "supermercados de diplomas".

São alguns passos numa política de transição para a universalização do direito de acesso ao ensino superior público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado.

Imprensa ADUNICAMP: Quais os grandes desafios que a universidade pública enfrenta atualmente?

Profa. Maria Aparecida Ramos de Menezes: De começo, seria ocioso lembrar que a instituição universitária vive, em plano mundial, e já há algum tempo, uma crise de identidade de largo fôlego. O primeiro elemento estruturante dessa crise é que, como instituição muito antiga – surgida na Europa Ocidental na passagem da alta idade média para baixa idade média – a universidade é anterior inclusive ao movimento histórico de formação dos Estados nacionais e da forma social de produção de riqueza que denominamos de capitalista; ora, como instituição anterior, a autonomia da universidade pública é permanentemente acossada tanto pelo Estado como pelo mercado. Essa contenda entre a autonomia da universidade e os vetores do Estado e do mercado, não nos enganemos, está presente tanto no cotidiano da vida universitária como nas grandes formulações de diagnóstico e solução da crise da universidade. No caso brasileiro, a situação ainda é mais grave. Um lineamento que sempre devemos fazer quando tratamos de universidade pública no Brasil é considerar nosso país como dependente. Darcy Ribeiro costumava crítica a idéia de “universidade reflexa”, ou seja, a universidade que só faz copiar o que vem de fora, reiterar a dependência; a idéia original da UnB, no projeto de Darcy, era exatamente efetuar um rompimento com esse tipo de universidade reiteradora (quando um novo método de administração é sistematizado nos EUA, logo se repete, acriticamente, no Brasil). Dessa maneira, temos o somatório de duas crises das Universidades brasileiras. O desafio da Universidade pública no país, portanto, é enorme, trata-se de reafirmar a autonomia em face de essas três dimensões somadas – o mercado, o Estado e a dependência.

IA: Quais as perspectivas de relacionamento entre o ANDES-SN e o Governo Federal para os próximos anos, principalmente em relação às questões educacionais e salariais?

MARM: Qualquer que seja o governo, a Andes e o movimento docente devem preservar sua autonomia face ao Estado, a qualquer governo. Essa autonomia não é uma abstração, mas é inclusive o que qualifica a Andes na defesa da universidade pública e os interesses salariais dos professores.

IA: Na sua opinião, qual relação deve existir entre o Sindicato Nacional e os movimentos sociais e, também, entre os partidos políticos?

MARM: Nós, da chapa “Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta”, temos insistido muito nos debates dessa campanha no conceito de docência. O que isso significa? Vemos que na docência devem se expressar três dimensões, a de professor, a de pesquisador e – talvez aí resida uma novidade –, a de cidadão. Pode parecer complicado, mas as três dimensões da docência, necessariamente, estão intrinsecamente relacionadas (os filósofos salariam em imanenência) com os rumos da sociedade. Não existe a docência como torre de marfim, até porque uma de suas dimensões é a cidadania. Pensamos que a Andes deve fazer um esforço para exprimir a docência como força social, e aqui reside uma diferença entre a nossa e a outra chapa. O trabalho sindical da outra chapa tem uma orientação clara: formar pequenos núcleos de ativistas em cada AD. Ora, nas relações com outros movi-

mentos sociais e partidos, esse pequeno núcleo de ativistas nunca vai representar realmente a docência, mas interesses – talvez bem intencionados –, mas não representativos dos professores. Assim se comportando, o movimento docente não se expressa como movimento social autônomo, mas fica capturado por outros interesses. Resumindo: a chapa 2 propõe uma Andes politizada, mas não partidária, e uma estreita relação com os outros movimentos sociais, mas mantendo a autonomia do movimento docente e buscando expressar a força social da docência.

IA: Qual o papel social das universidades públicas?

MARM: No Brasil, insubstituível. O sistema brasileiro das Universidades Públicas, federais e estaduais, foi uma criação fantástica, unificam o Brasil do Acre ao Rio Grande do Sul num padrão mínimo de excelência em ensino, pesquisa e extensão. Aqui reside uma diferença fundamental entre o que pensamos e o projeto universitário do governo FHC. A iniciativas desse governo, no lugar de, a partir desse *padrão mínimo* existente, atingir um patamar de *padrão unitário*, vai exatamente no sentido oposto – destruir o *padrão mínimo*. O projeto mais articulado do atual governo para as Universidades Públicas, sem dúvida, foi à proposta de Bresser Pereira de transformar essas instituições no que ele denominava de *organizações sociais*. Entre outros feitos, essa proposta demonstra uma ignorância impressionante da história do Brasil e da trajetória das instituições públicas no país, isso porque busca copiar a forma de organização da sociedade civil nos países de tradição anglo-saxônica. Mais uma macaqueação. O logro da proposta de Bresser é que a forma histórica que o público assumiu no Brasil – salvo pontuais exceções – foi a estatal. A tarefa presente que temos é publicar as universidades financiadas pelo fundo estatal, e não transformá-las em instituições privadas, mesmo que sob o rótulo, aparentemente charmoso, de público não-estatal. Retorno a Bresser porque me parece que com a candidatura de José Serra pelo PSDB essas propostas voltam à tona, e o movimento docente deve combatê-las em nome da defesa do papel social imprescindível das Universidades Públicas no Brasil.

IA: Faça uma pequena reflexão sobre a questão da autonomia universitária?

MARM: Creio que, de alguma maneira, comeci a responder o que penso sobre a autonomia universitária na primeira pergunta. Dito isso, e abordando os aspectos mais imediatos da questão, recordo um debate que crivou o movimento docente brasileiro há quatro anos passados, e hoje está um pouco esquecido: se deveríamos, naquele momento, partir para regulamentar o artigo 207 da Constituição (que consagra o princípio da autonomia universitária). Somos pela autoaplicabilidade, mas o sistema universitário brasileiro precisa de regulações que garantam princípios de uma verdadeira autonomia universitária: a qualidade do ensino, a liberdade de cátedra, a pesquisa voltada para o desenvolvimento social, etc. A perversidade dos últimos anos é que o artigo 207 foi usado tão somente como biombo para os lucrativos negócios de credenciamento de novas universidades particulares, a maioria de qualidade duvidosa. A nova diretoria da Andes deve retomar o debate sobre a autonomia universitária e arguir a necessidade de uma regulação verdadeiramente pública

do sistema de ensino superior brasileiro. O núcleo da regulação da autonomia não deve ser os escalões do MEC, nem o Conselho Federal de Educação – com seus lobbies, esquemas e negociações –, mas um conselho das Universidades Públicas e setores da sociedade civil, que teria inclusive responsabilidade sobre o controle da qualidade, do credenciamento e da liberdade de cátedra extensivo à esfera do ensino superior privado, e não somente do público.

IA: Fale sobre o papel da universidade pública frente às grandes questões Nacionais (desemprego, reforma agrária, política ambiental, C&T, etc).

MARM: Há uma questão mais geral, que enlaça tudo isso, e é uma das diferenças fundamentais entre a nossa e a outra chapa nas eleições da Andes: a questão do projeto nacional – reforma agrária, política ambiental, C&T são componentes de articulação de um projeto nacional democrático no qual a Universidade precisa se envolver (e tem se envolvido pouco). Não basta apenas apresentar propostas para as diversas questões, mas transformá-las em força política real. A atual diretoria da Andes, quando falamos em projeto nacional, sempre lembra o pré-64, como se invocar a necessidade de um projeto nacional significasse repetir erros do passado. Por isso, a diretoria da Andes é tão acerba quando se fala em CUT e os principais partidos da esquerda brasileira. Mas no fundo, afora tagarelar alguns slogans desconexos, a postura da atual diretoria da Andes é imobilista.

IA: Como tratar a questão das Universidades Estaduais no atual momento?

MARM: A crise das Universidades estaduais está imersa na crise das Universidades Públicas como um todo, mas tem particularidades. O próprio setor das Universidades estaduais é muito heterogêneo; rigorosamente, temos duas realidades, a das estaduais paulistas e do Rio de Janeiro, comendo um primeiro bloco, e depois as universidades estaduais dos demais estados. Isso quer dizer que aquele *padrão mínimo* que referimos quando falamos das IFES é muito discrepante quando se trata das estaduais.

IA: Como enfrentar o monopólio que as Instituições Privadas vêm construindo com a cumplicidade do Ministro da Educação?

MARM: Os colegas já repararam como a atual diretoria da Andes é tímida na denúncia do verdadeiro “cerco” que as Universidades Públicas sofreram com a farrá dos credenciamentos de universidades privadas promovidas pelo MEC? A diretoria da Andes tem, nesse caso, uma posição autista, como se fosse possível que a farrá dos credenciamentos não alterasse radicalmente o funcionamento das Universidades Públicas. A discrepância, hoje existente, entre o vertiginoso crescimento do setor privado em detrimento das universidades públicas tem incidência direta sobre o funcionamento dessas últimas instituições, pois elas não cresceram nem evoluíram como deveriam nos últimos anos – tivemos muitas aposentadorias e poucos concursos, e o esforço de abertura de novas vagas ocorreu racionalizando os recursos existentes e não pelo aporte de novas verbas, etc. Essa questão deveria ser o ponto número um da agenda da Andes hoje, e infelizmente, salvo manifestações protocolares, ele não tem tido da importância que merece. Nós, da chapa “Uma Nova Andes é Possível: Plural e de Luta” propomos uma grande campanha pública chamando a atenção para o que vem ocorrendo.

CHAPA 2 UMA NOVA ANDES É POSSÍVEL - PLURAL E DE LUTA

Presidente:

Maria Aparecida Ramos de Menezes - ADUFPB-JP

Secretário Geral:

Helena Serra Azul Monteiro - ADUFC

1º Tesoureiro:

Rubens Constantino Volpe Weyne - ADUFRGS

1º Vice Presidente:

Fernando Arthur Freitas Neves - ADUFPA

2º Vice Presidente:

Joviniano Soares de Carvalho - APUB

3º Vice Presidente:

Rosângela Carrusca Alvim - APUBH

1º Secretário:

Maria Auxiliadora Leal Campos - ADUPE

2º Secretário:

Eliane Leão - ADUFG

3º Secretário:

José Mastrangelo - ADUFAC

2º Tesoureiro:

Osni Jacó da Silva - APUFSC

3º Tesoureiro:

Sergio Gonçalves Corrêa - ADCEFET-JR

Regional São Paulo

1º Vice Presidente:

Emerson Pires Leal - ADUFSCar

2º Vice Presidente:

Matilde Alzeni dos Santos Melo - ADUFSCar

1º Secretário:

Dilma de Melo Silva - USP-SBC

2º Secretário:

José Ricardo Figueiredo - ADUNICAMP

1º Tesoureiro:

Fátima Maria Balduino dos Santos - ADUFSCar

2º Tesoureiro:

Luis Alfredo Chinali - ADUNESP



ENTREVISTA:

MARIA APARECIDA RAMOS DE MENESES

SINDICATO ANDES NACIONAL

Filiado à CUT

ADunicamp

Associação de Docentes da Unicamp

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE CAMPINAS - ADUNICAMP

Diretoria:

José Roberto Zan, presidente; Maria Aparecida Moysés, 1º vice-presidente; Elias Basile Tambourgi, 2º vice-presidente; José Vítório Zago, 1º secretário; Maria Cristina Bahia Wutke, 2º secretário; Nelson Prado Alves Pinto, 1º tesoureiro; Luiz Antônio Viotto, 2º tesoureiro; Adolpho Hengeltraub, Diretor Administrativo; Tânia Maria Alkmim, Diretora de Imprensa; Márcia Regina Nozawa, Diretora Cultural.

Endereço:

Rua Érico Veríssimo, 1.479 — Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Campinas / SP — CEP 13091-970
Telefone / fax: (19) 3289-1148 / 3289-5229
3788-7752 / 3788-7173
Home page: <http://www.adunicamp.org.br>
E-mail: adunica@uol.com.br

JORNAL ADUNICAMP — Maio 2002

Editor Responsável: Márcio Souza

Projeto Gráfico/Ilustrações: Delfin
(delfin@ig.com.br)

Distribuição: Oséias Ribeiro Queiroz e Roberto Munhoz

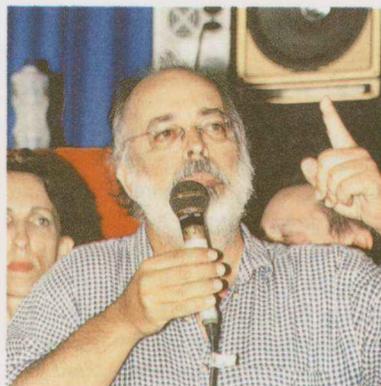
Gráfica: R. Vieira

Tiragem: 4.000 exemplares

Distribuição Gratuita

O JORNAL ADUNICAMP é uma publicação da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Campinas, destinado aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores.

Esta edição foi fechada na Redação dia 8 de maio de 2002. Distribuição Gratuita



Luiz Carlos Gonçalves Lucas é bacharel em Direito pela UFRGS. Fez mestrado em Ciência Política na UFMG e posteriormente obteve o diploma de D.E.A. em Análise Comparativa de Sistemas Políticos no Departamento de Ciência Política da Sorbonne, Universidade de Paris I. Atualmente desenvolve pesquisa para conclusão de tese de doutorado sobre Cidadania e Políticas Sociais no Brasil. Desde 1985 é professor de Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Atualmente, é primeiro vice-presidente da Regional RS do ANDES-SN. É, ainda, um dos responsáveis pela coordenação do Setor das IPES e pela Encarregatura Jurídica do Sindicato.

CHAPA 1 - PROGRAMA DE GESTÃO

Defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis e modalidades;

Implementação da concepção do ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Caderno ANDES nº2) assegurando o Padrão Unitário de Qualidade para as IES;

Ampliação das verbas públicas para as Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior, incluindo recursos para a sua expansão, na perspectiva da universalização;

Remoção de todos os obstáculos colocados que impeçam o exercício pleno da autonomia universitária e da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão;

Implantação de um projeto de avaliação com o objetivo de aperfeiçoar as IES, com vistas ao padrão Unitário de Qualidade, tendo como referência a Proposta do ANDES-SN para Universidade Brasileira (Caderno nº 02);

Transparência do fazer universitário: por uma avaliação voltada para interesses nacionais e sociais, com a participação das entidades representativas do movimento popular e da sociedade civil;

Planos de Carreira e garantia de condições para a capacitação dos docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES);

Ampliação das verbas orçamentárias para os

órgãos de fomento à pesquisa, democratização de sua gestão, definição pública e democrática de suas prioridades, desvinculando-as das exigências do mercado;

Rejeição ao modelo privatista de financiamento de C&T, explicitado nos fundos setoriais e, especialmente, no projeto de lei de inovação tecnológica;

Plano nacional único de carreira e capacitação para as IES, garantindo-se a isonomia salarial, a paridade entre ativos e aposentados e a inclusão dos professores lotados hoje no 1º e 2º graus;

Manutenção dos aposentados nas folhas das IFES e IEES, com garantia de paridade salarial e de verbas para seu pagamento;

Manutenção do Regime Jurídico Único como regime de trabalho dos servidores públicos;

Combate às diversas formas de contratação precária de docentes e luta pela abertura e realização de concursos públicos;

Eliminação dos mecanismos de diferenciação e discriminação salariais e incorporação das gratificações aos salários;

Incorporação ao salário dos docentes das IFES, em seus percentuais máximos, da GAE e da GED, garantindo as conquistas obtidas na Greve de 2001 entre GED e GID e lutando pela equiparação plena entre as mesmas;

Efetivação dos compromissos assumidos pelo governo federal após a greve de 2001, através das mesas de negociação, com destaque para a ampliação de vagas para concursos públicos de docentes no Regime Jurídico Único e para a discussão de carreira;

Garantia dos direitos sindicais e, particularmente, do direito de greve dos servidores públicos, combatendo o projeto de lei que "regulamenta" o direito de greve e outras medidas de clara criminalização do movimento sindical dos servidores;

Manutenção dos CEFET's na estrutura da SESu-MEC, entendidos como Instituições Federais de Ensino Superior, com garantias de autonomia e indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, revertendo-se a atual política de desmonte do ensino tecnológico;

Democracia na gestão das IES: em particular a escolha dos dirigentes pelo conjunto da comunidade universitária, sem interferências externas;

Direito de organização sindical nas Instituições Particulares de Ensino, defesa intransigente dos dirigentes dessas seções sindicais, e luta pela expansão do Sindicato Nacional nessas instituições.



Maria Aparecida Ramos Meneses, 37 anos, é graduada em Serviço Social pela UFPB, com mestrado na mesma universidade. Fez doutorado, também em Serviço Social, na UFRJ. Foi coordenadora do SECPF (Setor de Estudos em Cidadania, Trabalho e Formação e Serviço), Programa de Pós-Graduação na UFPB. Atualmente é presidente da ADUFPB-JP.

CHAPA 2 - PROGRAMA DE GESTÃO

Ampla debate sobre os resultados políticos e salariais da greve docente de 2001, a mais importante greve da história do movimento docente brasileiro, mas ainda não avaliada em toda a profundidade no âmbito da ANDES;

Pressão sobre o MEC para garantir as mesas de negociações decididas na greve do ano passado (autonomia, carreira, vagas, assistência à saúde e assistência estudantil);

Luta pela incorporação da GED, GID e GAE aos salários dos docentes das IFES;

Luta pela reposição salarial das perdas acumuladas desde a vigência do Plano Real (1994), nas Universidades Federais, Estaduais e Particulares;

Luta contra as diversas formas de trabalho flexível nas IFES, IEES e IPES;

Manutenção dos aposentados nas folhas de pagamento das IFES e IEES, com recursos

advindos do tesouro nacional;

Discussão a caracterização jurídica das IPES para a sua inclusão na proposta da ANDES para a Universidade Brasileira visando fortalecer a organização docente nestas instituições como resistência aos constantes ataques de suas administrações;

Organização da campanha salarial das IPES no segundo semestre de 2002, e nos anos de 2003 e 2004.